

BI AMB

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos
Dispensa de Registo No 03/GABINFO-DEC/2015



AMB no financiamento de PMES

Banca prepara-se contra Riscos Financeiros

Nova lei alarga balizas da Inclusão Financeira

Crescimento Económico continua baixo



SUMÁRIO

I. EDITORIAL	- Mensagem do presidente da AMB	3
II. AMB	- AMB realiza Assembleia Geral	4
	- Infografico dos orgaos Socias	4
	- AMB no financiamento a PMEs	5
	- IFC patrocina treinamento em gestão de riscos financeiros à AMB	6
III. SECTOR BANCÁRIO	- Prime Rate de Abril soube para 23,50%	7
	- Infografico-Banca em Numeros	8
	- Cinco anos de implementação do acordo sobre o Indexante Único	9
	- AMB sugere melhorias na plataforma de denúncias	10
	- Taxa de Juro de Política Monetária mantém-se em 17,25%	11
	- Banco de Moçambique perspectiva inflação de um dígito no médio prazo	12
	- Moçambique prevê um crescimento económico mais moderado	12
	- Agravamento da dívida pública interna	12
IV. LEGISLAÇÃO	- Nova Lei das Contas bancárias	13
V. ECONOMIA	- Perspectivas Económicas para o Primeiro Semestre de 2023	14
VI. MEMBROS ASSOCIADOS		15





Teotónio Comiche
Presidente da Direcção

Prezados Associados

Caros leitores

É com grande prazer que compartilho convosco as actividades relevantes realizadas no primeiro trimestre de 2023. Foram três meses intensos e produtivos, em que a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) se empenhou com diversas acções para promover o desenvolvimento e fortalecimento do sector bancário.

Assinalo, em primeiro lugar, a realização da Assembleia Geral Ordinária, onde foram reconduzidos os Órgãos Sociais para o triénio 2023-2025, com Millennium bim e BCI, Presidente e Vice-Presidência da Direcção, respectivamente.

No âmbito da implementação das medidas de aceleração económica decretadas pelo governo, em 2022, foi realizada a reunião com o Consultor Internacional que vai fazer o estudo de viabilidade económica da criação do Fundo de Garantia Mútua. Essa iniciativa visa aumentar o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas em Moçambique, o que é essencial para o crescimento económico do país.

Com patrocínio da IFC – International Finance Corporation, na sequência da implementação do contracto de formação em varias matérias identificadas e acordadas, com interesse na banca, realizou-se a primeira acção de formação sobre “gestão de riscos financeiros”, com participação de todos bancos associados a AMB.

Para discutir a implementação da nova lei “Regime jurídico de contas bancárias”, realizaram-se reuniões com o Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE) e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), para discutir os desafios na abertura de contas (KYC) pelas Associações Comunitárias (ASCAS) e desenvolvimento de produtos e serviços financeiros específicos para as mulheres, à luz da inclusão financeira.

Ainda neste trimestre, publicámos no nosso website a edição 2022 da “Pesquisa Sobre o Sector Bancário”, que trouxe informações relevantes sobre o panorama actual do sector.

Por fim, assinalamos a entrada em funcionamento do novo website onde destaco a janela de diálogo com os internautas e uma página de opinião, permitindo que colaboradores do sector, académicos e outros interessados, possam, dentro da linha editorial, partilhar estudos e debates com interesse para o sector financeiro.

Estas foram as actividades que marcaram o primeiro trimestre.

Desejo-vos uma boa leitura!

Teotónio Comiche

Presidente da Direcção

Mensagem do
presidente da AMB

AMB REALIZA ASSEMBLEIA GERAL

No passado dia 28 de Fevereiro a Associação Moçambicana de Bancos (AMB), reuniu em Assembleia Geral Ordinária (AGO), tendo aprovado o Relatório Anual da Direcção referente ao exercício de 2022, bem como o Plano e Orçamento para 2023, e reconduziu, por unanimidade, os Órgãos Sociais para o triénio 2023-2025.



A mesa da Assembleia Geral é presidida pelo FNB coadjuvado pelo Bayport e o banco Letshego como primeiro e segundo secretário, respetivamente.

O Conselho de Direcção é presidido pelo Banco Internacional de Moçambique (BIM) tendo como vice-presidente o Banco Comercial de Investimentos (BCI) e integra Standard Bank, ABSA, Nedbank e Moza Banco.







Quanto ao Conselho Fiscal (CF) é presidido pelo Access Bank, tendo como vogais, o banco Societé Générale e First Capital Bank.

Enquanto isso, o Conselho Deontológico (CDO) é composto por Banco Nacional de Investimentos (BNI), BIM, BCI, Ecobank e Standard Bank.

Assembleia Geral

 FNB	Presidente FNB	 BAYPORT FINANCIAL SERVICES	Primeiro secretário Bayport	 Letshego Let's improve life	Segundo secretário Letshego
---	-------------------	---	--------------------------------	--	--------------------------------






Direcção AMB

 Millennium BIM	Presidente BIM, SA	 BCI	Vice-presidente BCI, SA	 Standard Bank	Vogal Standard Bank, SA
 absa	Vogal Absa Bank, SA	 NEDBANK	Vogal Nedbank	 MOZA L'UNION FAIT LE BANQUE	Vogal Moza Banco

Conselho Fiscal

 access	Presidente Access bank, SA	 SOCIETE GENERALE MOZAMBIQUE	Vogal Société Générale	 FirstCapital	Vogal First Capital Bank, SA
--	-------------------------------	--	---------------------------	--	---------------------------------

Conselho Odontológico

 BNI	Presidente BNI	 Millennium BIM	Vogal BIM, SA	 BCI	Vogal BCI, SA
 Ecobank The Pan African Bank	Vogal Ecobank, SA (Moç)	 Standard Bank	Vogal Standard Bank, SA		



Fundo de Garantia Mútua

AMB INTEGRA GRUPO DE TRABALHO PARA FINANCIAMENTO DE PMES

No âmbito do lançamento do Fundo de Garantia Mútua (FGM) para o financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME), reuniu-se, no passado dia 22 de Março, em Maputo um grupo de trabalho, com objectivo de realizar as primeiras entrevistas de consultoria a propósito do estudo de viabilidade do projecto.

O Fundo de Garantia Mútua (FGM) para o financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME) é uma iniciativa do Ministério da Economia e Finanças (MEF) em parceria com o Banco Mundial (BM).

Integram o grupo de trabalho o Ministério das Finanças (MF) como coordenador da iniciativa, o Banco de Moçambique, a AMB e o Instituto para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME).

IFC PATROCINA TREINAMENTO EM GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS À AMB

Os membros da Associação Moçambicana de Bancos (AMB) participaram, entre os dias 1 e 2 de Março, em Maputo, de sessão de formação sobre gestão de riscos financeiros, ministrada pela Corporação Financeira Internacional (IFC).

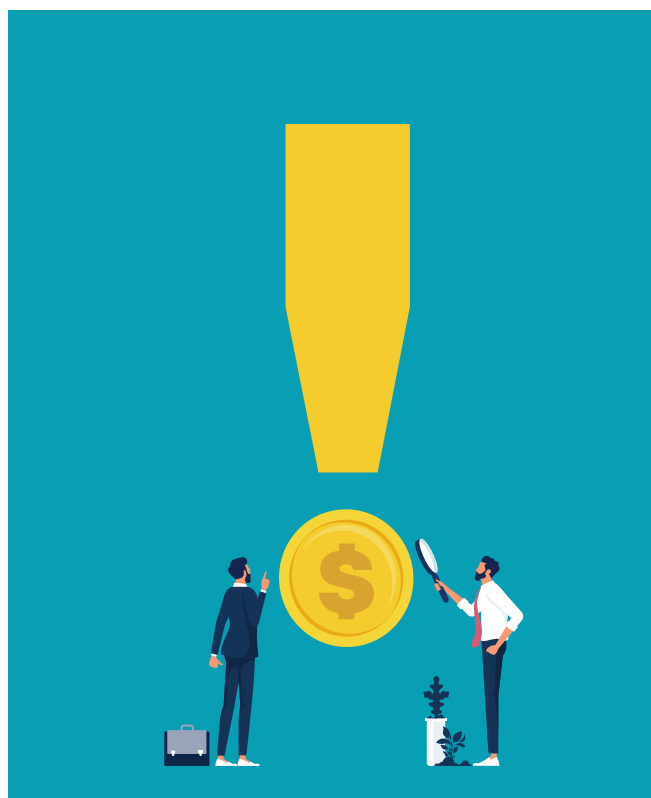
A cerimónia de abertura foi co-dirigida pelo vice-presidente da AMB, Dr. Luis Aguiar e pela representante da IFC em Moçambique, Doutora Katia Daude, tendo participado setenta e seis técnicos pertencentes a vinte bancos associados.

Durante a sua intervenção, o vice-presidente da AMB, Luis Aguiar, referiu que a selecção da “gestão de riscos financeiros” como tema inaugural desse ciclo de formações deve-se ao facto de o tema constituir uma preocupação actual do sector e de se constatar ser necessário aumentar a segurança operativa no sector bancário.

Aguiar recordou ainda que a iniciativa resulta do memorando assinado pelas duas instituições, a 29 de Setembro de 2022, na qual cabe ao IFC o fornecimento de serviços e treinamento, aos associados da AMB, tendo por base recomendações das áreas de gestão de formação dos bancos.

A Representante da IFC na sua intervenção referiu que a sua instituição estabeleceu um programa global de formações, sem custos para os participantes, com vista apoiar a resiliência da banca comercial numa conjuntura adversa.

Estas sessões de formação iniciaram a 1 de Março de 2023 e terão a duração de um ano.



PRIME RATE DE ABRIL SOUBE PARA 23,50%

Como consequência do aumento das taxas de reservas obrigatórias pelo Banco de Moçambique.

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) no quadro da implementação do Acordo sobre o Indexante Único do Sistema Bancário Moçambicano, comunica que a Prime Rate do sistema financeiro aumentou de 22,60 em Março para 23,50% em Abril.

Isso representa uma subida ligeira do custo do financiamento bancário em Moçambique em 0,90% reflectindo o efeito da subida dos coeficientes de reservas obrigatórias de 10,5 para 28 por cento, em moeda nacional, e de 11,5 para 28,5 por cento, em moeda estrangeira pelo Banco de Moçambique (BM), a partir de 22 de Fevereiro último como forma de controlar os níveis de inflação.

Com essa medida, os bancos comerciais passaram a depositar nos cofres do Banco Central, 28 Meticais por cada 100 Meticais recebidos em forma de depósitos dos seus clientes, e 28,5 dólares americanos por cada depósito de 100 dólares, valores para os quais não há qualquer remuneração.

Em virtude destas novas directivas, ainda se espera um agravamento significativo dos custos de intermediação dos bancos comerciais, que terão impacto negativo nas taxas de depósito dos clientes. O resultado deste agravamento é a retirada de um montante muito significativo de liquidez do Sistema Financeiro, o que constitui o principal objectivo do BM ao tomar essa medida.

Tomando em consideração que o custo de reservas obrigatórias em moeda nacional é um dos factores determinantes do prémio de custo da Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF), esperava-se um impacto de 1,50% em Abril.

Segundo o porta-voz da Sala de Mercados e Estudos Económicos da AMB, Avelino Jeque, de acordo com Acordo de Uniformização da Base de Cálculo da Taxa de Juros (AUBCTJ), o cálculo do prémio de custo bancário, teve em conta, não só o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional, mas também a classificação (rating) do país, o rácio de crédito em incumprimento e o rácio de crédito saneado.



De referir que o rácio de crédito em incumprimento sofreu uma redução no primeiro trimestre do presente ano o que culminou com uma regressão em 0,60% do prémio de custo.

Deste modo, a variação total que se esperava para o mês de Abril é de 0,90% resultante do incremento de 1,50% por conta das reservas obrigatórias e da redução de 0,60% influenciado pelo rácio de crédito em incumprimento. Por isso a PRSF passou de 22,60% para 23,50%.

A evolução de cada um destes indicadores contribuiu para a variação do cálculo consoante intervalos definidos no acordo, permitindo o apuramento transparente e quantificável do prémio de custo a aplicar, na determinação da Prime Rate do sistema financeiro nacional.

“Com base no modelo actual, o nível de reservas obrigatórias, tem um peso de cerca de 25 por cento no prémio de custo”, referiu Jeque, tendo alertado que não basta considerar apenas o peso do coeficiente de Reservas Obrigatórias para o cálculo do peso da prime como também é preciso olhar para um conjunto de factores para entender a magnitude da alteração da Prime Rate do sistema financeiros.

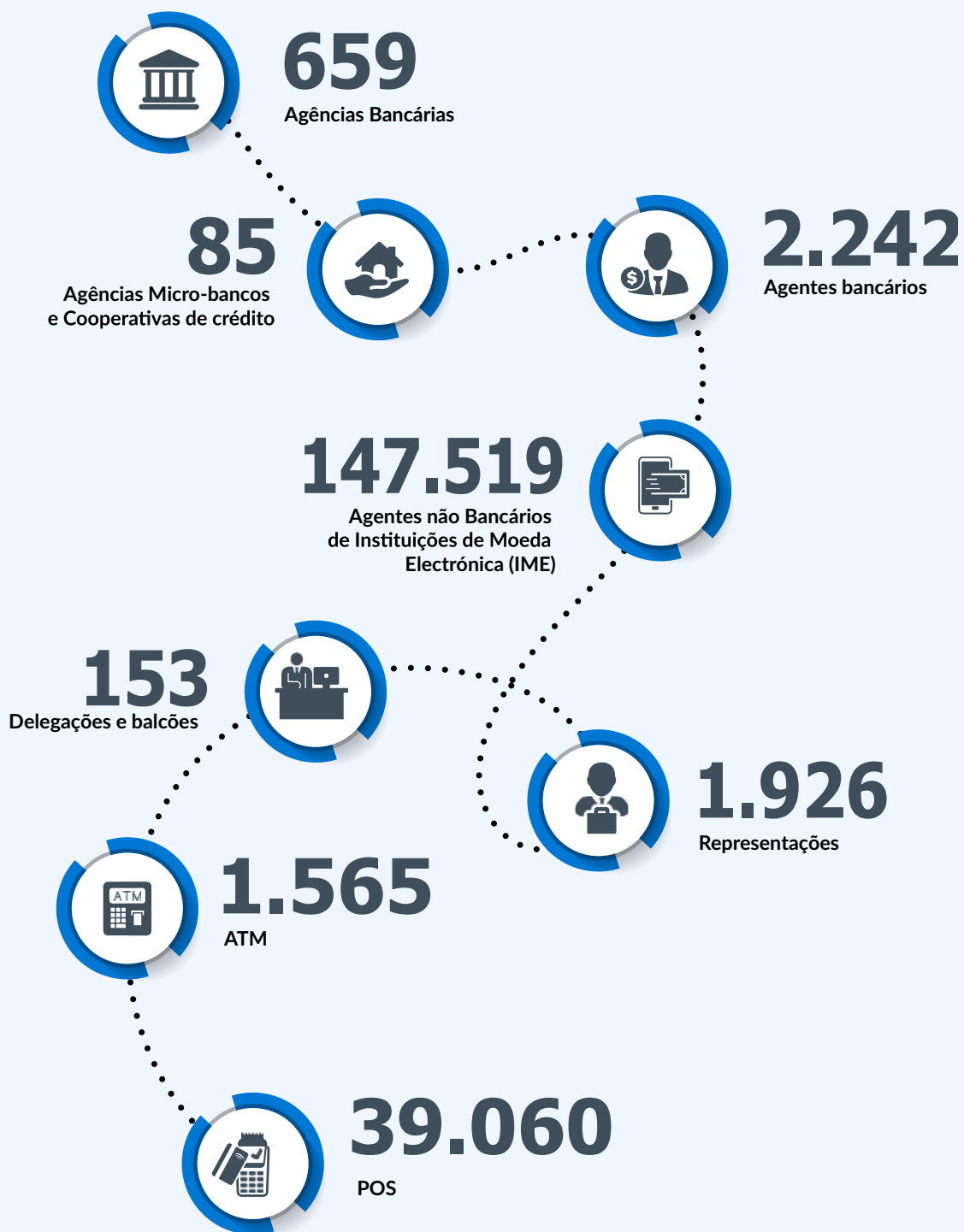
Jeque concluiu ainda que nas condições em que a economia nacional se apresenta, o Banco de Moçambique não teve outra opção que não seja o de recorrer a instrumentos de política monetária para regular o mercado.

Existe, todavia, uma solução alternativa ao recurso, em exclusivo, a estes instrumentos. Seria simplesmente a de aumentar a capacidade de produção interna do país, o que para além de regular o mercado, constituiria também, uma forte protecção para o Sistema Financeiro Nacional, tendo em conta a persistência dos riscos internacionais, tais como o conflito geopolítico na Europa, a disrupção, das cadeias de produção e distribuição a nível global, e mais recentemente, a falência de alguns bancos internacionais importantes como o Credit Suisse.

BANCA EM NÚMEROS

FEVEREIRO DE 2023

PRINCIPAIS INDICADORES



Fonte: Banco de Mocambique (indicadores trimestrais de inclusão financeira - IV trimestre 2022)

CINCO ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO SOBRE O INDEXANTE ÚNICO

Cinco anos depois, o Acordo sobre o Indexante Único que permite a uniformização da Base de Cálculo da Taxa de Juro no Sistema Financeiro Moçambicano, pode-se considerar consolidado.

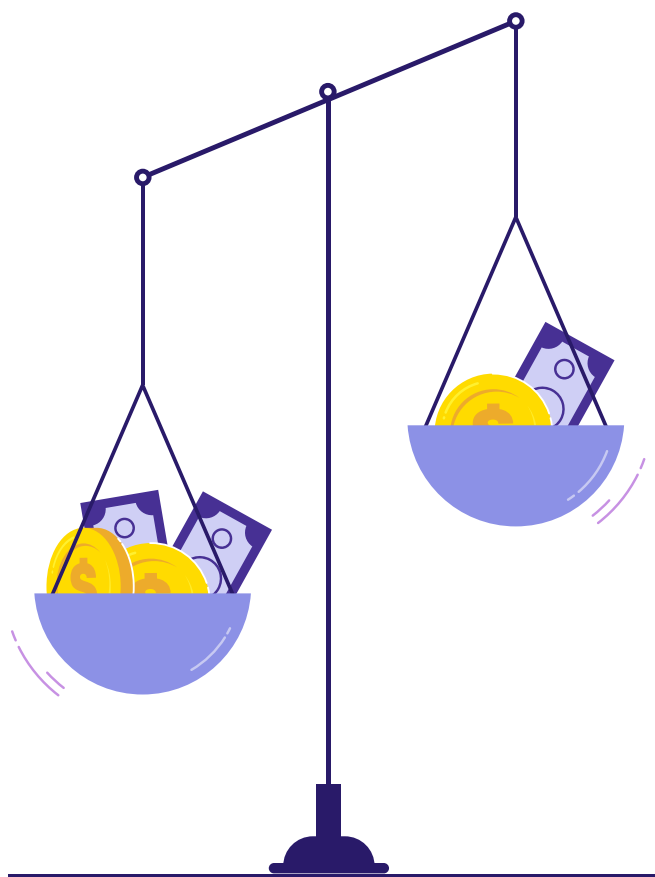
Em vigor desde 1 de Junho, o Acordo sobre o Indexante Único foi assinado entre o Banco de Moçambique e os Bancos Comerciais, no dia 17 de Maio de 2017. Este acordo representa um marco importante na história do desenvolvimento do Sistema Financeira Nacional porque contribui para uma maior transparência e competitividade do sector, bem como, fortalece os mecanismos de transmissão de política monetária.

Depois dos primeiros 15 meses de implementação, a 14 de Setembro de 2018, o acordo foi actualizado com vista a otimizar o modelo e tornar a natureza deste instrumento mais transparente e perceptível para toda a sociedade.

A **Prime Rate** do Sistema Financeiro Moçambicano é a taxa única de referência para as operações de crédito de taxa de juro variável e resulta da soma do Indexante Único e do Prémio de Custo. Esta taxa aplica-se às operações de crédito contratualizadas (novas, renovações e renegociações) entre as instituições de crédito e sociedades financeiras e os seus clientes, acrescida de uma margem (spread) que será adicionada ou subtraída à Prime Rate, mediante a análise de risco de cada categoria de crédito ou operação em concreto.

O **Indexante Único** é a taxa média medida pelo volume das operações efectuadas no Mercado Monetário Interbancário para o prazo de vencimento de um dia útil (prazo overnight), nomeadamente (i) as operações à taxa de juro de política monetária (taxa MIMO) entre o BM e os Bancos Comerciais, actualmente fixada em 17,25%, (ii) as operações repo entre Bancos Comerciais e (iii) as operações de permutas de liquidez entre Bancos Comerciais. O Indexante Único é calculado mensalmente pelo BM.

O **Prémio de Custo** é a margem que representa os elementos de risco da actividade bancária não reflectidos nas operações do mercado interbancário, o qual é adicionado ao Indexante Único para constituir a Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano. O Prémio de Custo é calculado trimestralmente pela AMB, com base numa metodologia que toma em conta o rating do país, o rácio do crédito em incumprimento, o rácio de crédito saneado e o coeficiente de reservas obrigatórias para passivos em moeda nacional. A avaliação destes factores pela AMB resultou no Prémio de Custo referido, conforme comunicação ao Banco de Moçambique por ofício 17/DIR/AMB/2021, de 25 de Março.



FRAUDES FINANCEIRAS: AMB SUGERE MELHORIAS NA PLATAFORMA DE DENÚNCIAS



Associação Moçambicana de Bancos (AMB) sugeriu alguns aspectos a serem melhorados, resultantes das observações constatadas ao longo do primeiro ano de implementação da Plataforma de Denúncia de Fraudes (PDF).

A plataforma serve, para além do recebimento de denúncias, para o tratamento e partilha de informação sobre fraudes nos domínios da burla através de serviços de emissão de moeda electrónica, fraudes através de encriptação de cartões SIM, ou SMS, ATM, fraudes por meio de cartões bancários, mobile banking, internet banking e aplicativos.

Para além da banca, fazem parte das instituições que coordenam a plataforma o INCM, o Banco de Moçambique (BM), Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), PGR, o Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) operadores de telefonia móvel, outras instituições de crédito e sociedades financeiras.

Esta análise foi realizada no âmbito da apreciação multi-institucional da PDF, com Recurso a Meios de Pagamento Electrónico. O instrumento foi criado para reforçar a capacidade interventiva da Procuradoria-Geral da República (PGR) através do Ministério Público, nos processos ligados a este tipo de crimes financeiros.

Uma das observações assinaladas é que a plataforma, lançada a 23 de Fevereiro de 2022 apenas no ambiente Web, não se revela suficientemente abrangente, na medida em que condiciona os utilizadores, à posse de um dispositivo smartphone e ao acesso a dados móveis.

Além disso, embora estejam registadas na PDF um total de 21 instituições financeiras, a maior parte das denúncias recebidas não são propriamente sobre fraudes, mas sim de pedidos de apoio ou reclamações sobre outras questões como demora no processamento de solicitações de clientes, queixas sobre o atendimento, entre outros.

Para além da banca, fazem parte das instituições que coordenam a plataforma o INCM, o Banco de Moçambique (BM), Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), PGR, o Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) operadores de telefonia móvel, outras instituições de crédito e sociedades financeiras.

Esta análise foi realizada no âmbito da apreciação multi-institucional da PDF, com Recurso a Meios de Pagamento Electrónico. O instrumento foi criado para reforçar a capacidade interventiva da Procuradoria-Geral da República (PGR) através do Ministério Público, nos processos ligados a este tipo de crimes financeiros.

Uma das observações assinaladas é que a plataforma, lançada a 23 de Fevereiro de 2022 apenas no ambiente Web, não se revela suficientemente abrangente, na medida em que condiciona os utilizadores, à posse de um dispositivo smartphone e ao acesso a dados móveis.

Além disso, embora estejam registadas na PDF um total de 21 instituições financeiras, a maior parte das denúncias recebidas não são propriamente sobre fraudes, mas sim de pedidos de apoio ou reclamações sobre outras questões como demora no processamento de solicitações de clientes, queixas sobre o atendimento, entre outros.

TAXA DE JURO DE POLÍTICA MONETÁRIA MANTÉM-SE EM

17,25 %



O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu, no dia 29 de Março de 2023, manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 17,25%. Esta decisão é sustentada pela manutenção das perspectivas de uma inflação de um dígito, no médio prazo, não obstante a materialização e agravamento de alguns riscos associados às projecções de inflação, com destaque para a ocorrência de desastres naturais e o aumento da pressão sobre a despesa pública.

Segundo o banco central, os riscos e incertezas subjacentes às projecções de inflação agravaram-se. A nível interno, destacam-se as incertezas em relação aos impactos dos recentes choques climáticos sobre os preços de bens e serviços, no curto prazo, assim como ao aumento da pressão sobre a despesa pública. Na envolvente externa, destacam-se as incertezas relativamente aos efeitos da volatilidade nos mercados financeiros globais e do prolongamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.



BANCO DE MOÇAMBIQUE PERSPECTIVA INFLAÇÃO DE UM DÍGITO NO MÉDIO PRAZO

Em Fevereiro de 2023, a inflação anual acelerou de 9,78% para 10,30%, a reflectir, sobretudo, o incremento dos preços dos bens alimentares em face da ocorrência de choques climáticos, e o aumento dos preços dos bens e serviços administrados.

Entretanto, a inflação subjacente, que exclui as frutas e vegetais e bens administrados, manteve-se estável. Para o médio prazo, mantêm-se as perspectivas de inflação de um dígito, decorrente do impacto das medidas tomadas pelo CPMO, da estabilidade cambial e da tendência de redução dos preços das mercadorias no mercado internacional.

MOÇAMBIQUE PREVÊ UM CRESCIMENTO ECONÓMICO MAIS MODERADO.

O Banco de Moçambique prevê um crescimento económico moderado como reflexo, sobretudo, da prevalência de condições financeiras globais mais restritivas, resultando numa menor expansão da actividade económica global e consequente redução dos preços internacionais das mercadorias de exportação. Excluindo os projectos energéticos em curso na Bacia do Rovuma, prevê-se um crescimento do produto interno bruto ainda mais lento, devido, essencialmente, ao impacto dos recentes choques climáticos sobre a produção agrícola e diversas infraestruturas.

AGRAVAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

Segundo o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM), o endividamento público interno, excluindo os contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, situa-se em 301,3 mil milhões de meticais, o que representa um aumento de 26,1 mil milhões em relação a Dezembro de 2022.

No seu último comunicado, o CPMO continuará a monitorar a evolução dos riscos e incertezas associados às projecções de inflação, e não hesitará em tomar as medidas correctivas necessárias.

NOVA LEI DAS CONTAS BANCÁRIAS ASSEGURA INCLUSÃO FINANCEIRA

O acesso aos serviços financeiros formais tornou-se mais alargado com a aprovação, em Dezembro do ano passado, da Lei n.º 27/2022, de 29 de Dezembro, que introduz reformas nas relações entre clientes e instituições de crédito através de contas bancárias no país.

Com a aprovação da Lei, o legislador pretende assegurar o acesso seguro, transparente e consciente aos serviços financeiros, com destaque para a inclusão financeira da população, sobretudo das zonas rurais, visando igualmente garantir o respeito e a protecção dos consumidores dos serviços financeiros, em conformidade com o disposto na Constituição da República de Moçambique (CRM).

Os aspectos que são trazidos pela nova disposição legal representam a materialização legal de alguns aspectos patentes na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2019-2022, que prevê a contínua adequação do quadro regulatório do sistema financeiro nacional.

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) entende que esta lei resulta da implementação do primeiro pilar da ENIF 19-22, que preconiza a o acesso aos serviços financeiros com maior disponibilidade, proximidade e utilização efectiva pelas empresas e indivíduos em áreas rurais e urbanas. A estratégia sugeria também a criação de um regime de direito, garantias e responsabilidades dos provedores e consumidores dos produtos financeiros.

A nova lei vem alargar os objectivos de inclusão financeira, nomeadamente na institucionalização da conta bancária básica e simplificada, o que abre espaço para a integração da população mais carenciada, sobretudo nas zonas rurais; Vem reduzir a idade mínima para a abertura de conta bancária; Vem, abrir a possibilidade da captação de dados biométricos, sem violar a legislação sobre a identificação civil.

No número 2 do quarto capítulo são abordadas questões relacionadas com a titularidade de contas bancárias. Neste ponto a nova lei vem possibilitar a abertura de contas bancárias por parte de instituições e sociedades em fase de formação.

Uma das inovações da nova lei é a introdução, do Número

Único de Identificação Bancária (NUIB), que irá permitir que os utentes destes serviços possam ser identificados de forma única.

O NUIB tem como papel principal, ajudar o regulador (Banco de Moçambique- BM) e os bancos comerciais na identificação e obtenção da informação real sobre os números de conta e transacções realizadas no sistema financeiro, adequando as práticas internacionalmente adoptadas com vista a permitir maior segurança e rapidez nas transacções de fundos, consolidação da informação financeira e o reforço das medidas de combate ao financiamento do terrorismo e ao branqueamento de capitais.

Com essas alterações, o sector bancário espera imprimir maior sustentabilidade, promovendo maior inclusão no sistema financeiro, permitindo um maior crescimento da sua carteira de clientes e, conseqüente, impacto nos produtos bancários e maiores ganhos financeiros.

Em termos de desafios resultantes desse instrumento, cabe ao BM a adequação e harmonização dessa lei com normas associadas ao processo de contas e implementação do NUIB no sistema financeiro.

Para o lado da AMB o maior desafio será a adequação dos sistemas e o custo associado à sua implementação, a comunicação assertiva aos clientes, por forma a eliminar a resistência dos depositantes em utilizar o sistema financeiro, tendo em conta a sua dispersão territorial. e situações de fuga de capitais.

A implementação de mecanismos para a materialização desse projecto está dependente do regulador (BM), pelo que a banca não antevê grandes mudanças sob ponto de vista operacional, apenas uma maior adequação dos seus sistemas à necessidade de oferta de serviços, através de plataformas digitais.

**PERSPECTIVAS ECONÓMICAS
PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE
2023: ECONOMIA MOÇAMBICANA E
ECONOMIA GLOBAL**

400,000.00

300,000.00

De acordo com os dados mais recentes (BM), o PIB de Moçambique registou um crescimento de 4,24% no quarto trimestre de 2022, uma melhoria significativa face aos 3,6% registados no trimestre anterior. Contudo, a inflação em Moçambique registou uma leve alta, passando de 9,78% em Janeiro de 2023 para 10,30% em Fevereiro de 2023, o que representa um desafio para a economia.

Olhando para a economia global, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê-se que o crescimento económico global caia de uma estimativa de 3,4% em 2022 para 2,9% em 2023. Segundo o "Tradingeconomic.com, Jan, 2023", no 4º trimestre de 2022, o PIB da China, dos Estados Unidos da América (EUA) e da Zona Euro cresceu 3,9%, 2,9% e 0,1%, respectivamente. A inflação foi cerca de 10,0% na Zona Euro, 7,4% na África do Sul, 7,1% nos EUA e 1,8% na China. A taxa de desemprego situou-se à volta de 6,6% na Zona Euro, 5,6% na China e 3,6% nos EUA. (fonte INE).

Em relação à economia moçambicana, os dados do Banco de Moçambique indicam que a taxa de juro média nominal, praticada nas operações activas para o prazo de um ano, rondou aos 23,34% (fonte INE). Nas operações passivas, também para a maturidade de um ano, em termos médios, para o mesmo período, a taxa de juro situou-se em torno de 9,15% (fonte INE). Além disso, as taxas médias mensais de câmbio das principais divisas de transações no mercado moçambicano apontam uma tendência de apreciação nominal do Metical, ao longo do 4º trimestre de 2022, face ao Euro e ao Rand sul-africano, tendo sido transacionado em 68,68 e 3,63 Meticais por moeda, respectivamente. E uma estabilidade do Metical face ao Dólar americano, transacionado em 63,87 MT. (fonte INE).

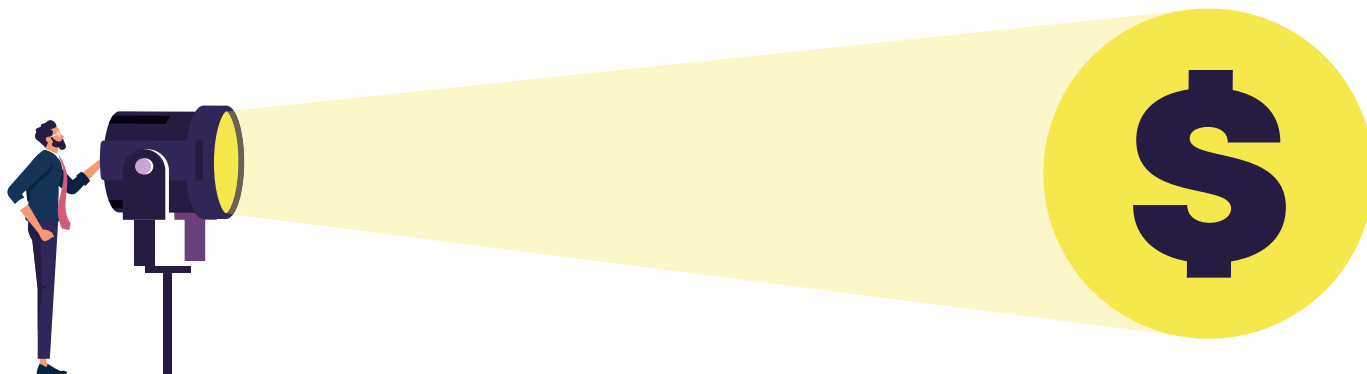
No que se refere às relações comerciais entre Moçambique e o Resto do Mundo, observa-se um défice da balança comercial de bens de cerca de USD 603 milhões de Dólares americanos (fonte INE).

Neste contexto, é fundamental que os bancos estejam atentos às tendências e mudanças no cenário económico, para poderem adaptar-se às novas circunstâncias e ajudar a promover o crescimento sustentável da economia moçambicana.

Olhando para o futuro, há alguns desafios que precisam ser abordados para garantir o crescimento económico contínuo de Moçambique. A subida da inflação pode afectar negativamente o poder de compra dos consumidores e aumentar os custos das empresas. Para além disso uma contínua subida da inflação poderá levar o BM a reagir procedendo a um aumento da Taxa MIMO. Por seu turno o défice da balança comercial é um sinal de que a economia precisa de ser mais diversificada e menos dependente de importações, mas é aqui que os projectos de extracção no sector de petróleo e gás, bem como o crescimento da produção agrícola em 2023, poderão ajudar a equilibrar esta diferença.

A melhoria do PIB no quarto trimestre de 2022 é um sinal positivo de que a economia moçambicana está a recuperar e a crescer, apesar das dificuldades da economia a nível global.

Em resumo, o desenvolvimento económico para o primeiro semestre de 2023 em Moçambique e no mundo apresenta alguns desafios, mas também algumas oportunidades. Os bancos podem desempenhar um papel fundamental no apoio ao crescimento económico. Financiando projectos de infraestrutura e incentivando o investimento no sector privado, podem ajudar a promover o crescimento económico sustentável em Moçambique e promover uma maior diversificação da economia.



MEMBROS ASSOCIADOS

Microbanco Confiança Novo Membro da AMB

O Microbanco Confiança SA é o mais novo membro Associação Moçambicana de Bancos (AMB), elevando o número para 21 bancos. Tem sede social em Matutuíne, Província de Maputo.

A decisão da admissão foi tomada na reunião de Direcção da AMB, realizada no dia 30 de Março de 2023.



FICHA TÉCNICA

AMB Newsletter: Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos;
Dispensa de Registo No.03/GABINFO-DEC/2015; Edição no 34, I Trimestre, Março- 2023

Coordenador Editorial:

Elísio Langa (Secretário-Geral da AMB)
elanga@amb.co.mz

Redacção, Fotografia e Maquetização:

Playground Mozambique
E-mail: contacto@playground.co.mz
Website: playground.co.mz

Benjamim M. Chabualo
bmchabualo@amb.co.mz

Análise Económica:

Alfredo Magaia (Assessor Económico da AMB)
amagaia@amb.co.mz

Periodicidade: Trimestral. Distribuição: Gratuita.

Contactos:
(+258) 21 310 818; (+258) 82 320 7330

E-mail: amb@amb.co.mz

Website: www.amb.co.mz

Rua da Imprensa, Prédio 33 Andares - No. 415 Maputo - Moçambique



AMB ASSOCIAÇÃO
MOÇAMBICANA
DE BANCOS